

Rollemberg já teme influência dos partidos

São Paulo — A condenação de 18 parlamentares pela CPI do Orçamento pode não ser confirmada na votação do plenário se a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara permitir a influência de interesses partidários. O alerta foi feito ontem pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), um dos membros da CPI do Orçamento, que ainda não tem certeza se o plenário vai acompanhar o relatório do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). “Se a comissão não impedir a partidarização do processo, isso vai se refletir na votação do plenário”, adverte Rollemberg.

Para ele, a comissão precisa ser “muito técnica e contraditória”. Técnica para evitar as composições políticas. “Se a CPI não se partidarizou, uma comissão tão técnica como essa não pode de forma alguma permitir isso”. Contraditória para ouvir todos os lados sem, no entanto, permitir alguns truques jurídicos para adiar o processo. “O risco de adiamento será menor do que na CPI, porque os prazos são fatais”, compara o deputado. “Mas caberá ao presidente e ao relator indeferirem qualquer pedido nesse sentido”, observa.

Rollemberg também defende o voto secreto, por achar que ele tem se mostrado eficiente. “Foi no voto secreto que cassamos o Jabes Rabelo e os deputados do PSD”, lembra. Mais do que isso, o deputado diz que o voto aberto pode estimular acordos políticos. “No voto secreto, o parlamentar vai defender a instituição e a democracia”, acredita. “No aberto, ele fica sujeito a compromissos políticos e não escapa da partidarização”.

“Relatório fraco” — Em Belo Horizonte o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), membro da Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento, criticou duramente, ontem, o relatório final apresentado pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE). “O relatório é fraco”, afirmou Miranda, que acredita que os 18 deputados que fazem parte da lista dos prováveis cassados e os 14, que serão ainda investigados, poderão utilizar o documento “como peça de defesa” e para confundir o Congresso Nacional.